

Legislação dá margem à fraude

É bem provável que a origem das confusões em torno das contas do salário-educação estejam nas modificações introduzidas na lei ao longo dos anos, passando a permitir que as empresas estendessem os benefícios das bolsas de estudos a quaisquer adultos ou crianças. Foi isto, certamente, que provocou um grande aumento no número de vagas adquiridas das escolas particulares, chegando a abranger 70 por cento dos alunos da rede de escolas particulares de primeiro grau de todo o País.

Em alguns estados, como Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o número de vagas pagas, nas escolas particulares, chegou a ultrapassar o total de alunos da rede particular de ensino de primeiro grau. Há evidência de fraudes de grandes proporções, mas bem pouco investigadas.

Data desta época, também, o processo contra o professor Basile Demetre Anastassakis, acusado de lesar o FNDE vendendo vagas inexistentes nas escolas e

cobrando complementação de bolsas de estudo dos próprios alunos, o que é proibido por lei.

O processo transita ainda, com extrema lentidão, pela Justiça Federal. E enquanto aguarda a decisão da Justiça, Anastassakis ocupa o cargo de diretor-superintendente da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino e participa de negociações dentro do FNDE, para definir novos valores para as bolsas de estudos.

Os registros mais recentes de fraudes são mantidos em discreto segredo pelos órgãos responsáveis. É o que dizem duas ex-fiscais do Iapas da Bahia, mostrando que as fraudes puderam ser detectadas em maior escala a partir da comparação das fichas de que dispunham com as relações enviadas pelas escolas.

"Descobrimos que muitos alunos sequer existiam e outros apreciam cinco, seis vezes como matriculados", asseguram as ex-fiscais. "Seguramente 70 por cento das escolas cometem este tipo de abuso", complementam.

Houve, também, na Bahia, denúncias recentes contra escolas que cobravam a complementação das mensalidades, medida que a lei proíbe. As denúncias, segundo as ex-fiscais, não produziram muito efeito: o máximo que conseguiram foi retirar as escolas envolvidas com estas irregularidades do sistema.

Existem, ainda, outros pontos de fuga dos recursos do salário-educação, como, por exemplo, as empresas de consultoria. Por meio de agentes que percorrem todo o País, essas empresas vendeem projetos a prefeituras municipais e aos estados, prometendo incluí-los nos programas financiados pelo FNDE.

De acordo com um ex-secretário de educação do Paraná, que prefere o anonimato, "os projetos costumavam chegar prontos, até mesmo com o nome da autoridade responsável: era só assinar e esperar". Como as empresas recebem comissão retirada dos recursos solicitados, fazem também o papel de lobbistas para apressar sua liberação.